

Título do artigo: Configurações atuais do mundo do trabalho e as repercussões na vida dos trabalhadores: diálogos entre Harvey, Schumpeter e Sennett

Autor: Eduardo Girão Santiago

Subárea: 7.1 – Mundo do Trabalho

Resumo

A partir da análise crítica sobre a degradação do trabalho e dos preocupantes índices de desemprego no mundo, divulgados pela Revista Trabajo da OIT, referentes aos anos de 2011 e 2012, o artigo ora apresentado traz para o diálogo teórico os seguintes autores: David Harvey, que contextualiza o novo mundo do trabalho mediante o conceito de acumulação flexível de capital; Joseph Schumpeter e a sua teoria do desenvolvimento econômico, baseada no empreendedorismo e na destruição criadora e Richard Sennett, que analisa de forma transdisciplinar as repercussões dos novos atributos do novo capitalismo (flexibilidade, riscos, empreendedorismo, novas tecnologias, reengenharia) na vida dos trabalhadores. Partimos da hipótese de que as vertentes teóricas desses pensadores dialogam e se complementam para explicar que a preservação da acumulação flexível de capital no novo capitalismo suplantou qualquer possibilidade de ética do trabalho e de relações sociais laborais mais humanizadas, afetando a trajetória pessoal daqueles que estão inseridos nesta nova ordem global.

Abstract

From the critical analysis about the degradation of labor and worrisome unemployment in the world, published by ILO, Trabajo Magazine for the years 2011 and 2012, the article now brings to the theoretical dialog the following authors: David Harvey, which contextualizes the new world of work through the concept of flexible accumulation of capital; Joseph Schumpeter and his theory of economic development, based on entrepreneurship and creative destruction and Richard Sennett, which explores the effects of trans-disciplinary form new attributes of the new capitalism (risk, flexibility, entrepreneurship, new technologies, reengineering) in the lives of workers. We start from the assumption that the theoretical aspects of these thinkers dialogue and complement each other to explain that the preservation of the flexible accumulation of capital in the new capitalism supplanted any possibility of work ethic and social labour relations more humanized, affecting the personal path of those that are entered in this new global order.

Área 7 – Trabalho, Indústria e Tecnologia

Subárea 7.1 – Mundo do Trabalho

Sessões Ordinárias

Introdução

A Organização Internacional do Trabalho- OIT divulgou em 2011 que dois terços das economias avançadas tornaram a apresentar retração no nível de emprego e que a recessão mundial que se alastra retardará a recuperação dos mercados de trabalho. Tal situação pode ser comprovada mediante um olhar nas estatísticas que indicam mais de um bilhão de trabalhadores em todo o mundo estarem sobrevivendo em precárias condições de trabalho.

Para se aquilatar a dimensão deste problema, cerca de 206 milhões de trabalhadores no mundo estão desempregados. (OIT, 2012). O informe dessa agência internacional, relativo ao ano de 2012 alerta para o fato de que o mundo se defronta com o desafio urgente de criar 600 milhões de empregos para a próxima década para assegurar o desenvolvimento sustentável e a coesão social.

Diante destes indicadores da OIT, formula-se o seguinte questionamento: qual a perspectiva mundial para um processo civilizatório aceitável quando se sabe que, um em cada três trabalhadores no mundo está desempregado ou vive na pobreza? (OIT, 2012).

Todo o quadro há pouco referido tem gerado um mal-estar social que decorre da percepção da crise do capitalismo contemporâneo e do aumento do desemprego. É a própria OIT que revela, em seu informe de 2011, pesquisa que denota o descontentamento da população entrevistada acerca da debilidade dos mercados de trabalho em diversos quadrantes do Planeta.

Assim, na Europa Central, Oriental, e na África subsaariana, os níveis de insatisfação situam-se entre 70 e 80%. No Oriente Médio e no norte da África, 60% dos entrevistados revelaram grandes preocupações com a questão do desemprego. Egito, Jordânia e Líbano (epicentro de recentes protestos sociais e políticos) declararam que mais de três quartos de sua população estão descontentes com a situação dos seus mercados de trabalho.

Até mesmo nas economias avançadas o problema se apresenta de forma preocupante, marcadamente na Grécia, Itália, Portugal, Eslováquia e Espanha, onde mais de 70% dos seus cidadãos demonstraram inquietações com o mercado laboral.

Vale observar que, mesmo em algumas regiões como o sudeste da Ásia e da América Latina, que vêm apresentando uma evolução relativamente confortável em termos de geração e manutenção de empregos, a OIT registrou o fato de 50% da população chinesa ter demonstrado preocupação

com as relações laborais, enquanto alguns países da América Latina e Caribe (República Dominicana, Equador, Haiti, Nicarágua e Uruguai) o grau de insatisfação com o mercado de trabalho superou os 60%. (OIT, 2011).

Em vista do cenário há pouco descrito formulamos a hipótese de que o mesmo decorre das novas configurações da chamada acumulação flexível e dos seus determinantes como a supervalorização do capital e suas ondas especulativas; do imperativo permanente da competitividade das economias nacionais; da proeminência do empreendedorismo e do estímulo ao auto-emprego nas políticas públicas de trabalho e da escassez cíclica de postos de trabalho, bem como da incapacidade de as economias gerarem ou reporem o nível de emprego tradicional.

Vive-se uma era schumpeteriana marcada pela “destruição criativa” e pela incessante revolução tecnológica, resultando sociedades que naturalizaram o infortúnio dos sobrantes do capital que não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

O artigo ora apresentado buscará fundamentações teóricas que poderão apresentar respostas e explicações para a compreensão da configuração atual do mundo do trabalho e das suas conseqüências na vida das pessoas. Assim, desenvolveremos aqui uma análise dialógica envolvendo os fundamentos da chamada acumulação flexível de capital de David Harvey com a abordagem do desenvolvimento econômico lastreado no empresário empreendedor de Schumpeter. Em seguida, traremos à tona, para o diálogo, a narrativa de Richard Sennett sobre os efeitos das tramas contemporâneas do capital que impelem os “homens schumpeterianos ideais” a serem flexíveis, flutuando na vida à deriva.

1. Crise do fordismo, acumulação flexível e mudanças no mundo do trabalho

A análise de Harvey sobre o capitalismo no final do século XX demonstra que, no período de 1965 a 1973, ficou visível a incapacidade de o fordismo / keynesianismo superar as contradições capitalistas. O ponto nevrálgico do problema residia no fato de que, já em meados da década de 1960, a demanda efetiva dos países desenvolvidos perdia força.

É também nesse período que surge uma “industrialização fordista” competitiva, localizada na América Latina e no sudeste asiático, oriunda das políticas de substituição de importações em novos quadrantes do mundo e que apresenta um débil contrato social com relação ao trabalho. O grande arranjo de forças político – sociais de sustentação do fordismo começa a ser abalado em face da “força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado das classes trabalhadoras”, que fomentava ondas de greves no período 1968-1972.

Tal situação passa a exigir do Estado compromissos relacionados a programas de assistências (seguridade social, direitos de pensão, etc) cada vez mais requeridos e, de certa forma, limitados,

em decorrência da corrosão fiscal e da conseqüente debilidade dos gastos públicos. Tal situação leva Harvey (1992: 136) a diagnosticar o fato de que,

[...] por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia, cada vez mais, uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação de capital.

O quadro ora descrito fica mais complicado quando atuam sobre ele as repercussões da decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP de aumentar os preços do petróleo e de suspender as exportações para o Ocidente durante o conflito árabe – israelense, em 1973. O mundo fordista /keynesiano estava em crise. Era preciso reagir e operar mudanças que preservassem o nível de acumulação de capital.

As respostas começam a surgir. As corporações, com os seus excedentes inutilizáveis adotam processos de racionalização, reestruturação e intensificação no controle do trabalho. Isto significa “a mudança tecnológica, automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital”. (HARVEY, 1992:140).

A conjugação destes processos, ao longo das décadas de 1970/80, resultou num período conturbado de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No entender de Harvey, no espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começaram a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação relativamente novo, associada com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

A par dessas evidências, Harvey (1992:140) apresenta o conceito de acumulação flexível, como processo que se caracteriza

[...] pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a Terceira Itália, Flandres, vales e gargantas do Silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

A acumulação flexível, no entendimento de Harvey, compreende também a noção de compressão do espaço-tempo do mundo capitalista, vale dizer, os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram, cada vez mais, a difusão imediata dessas decisões num espaço mais amplo e variado.

A análise de Harvey sobre a acumulação flexível relata a ocorrência de níveis altos de desemprego estrutural e raros episódios de ganhos reais de salários, além da derrocada do poder sindical, uma das bases políticas de sustentação do fordismo.

O novo padrão de acumulação flexível acarretou profundas transformações no mercado de trabalho. É que a constante metamorfose do mercado, a acirrada competitividade e a redução das margens de lucro induzem os capitalistas a tirar proveito do crescente excedente de mão-de-obra e da debilidade sindical para imprimir regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, traduzidos por aumento efetivo da jornada de trabalho anual para empregados regulares, pelo incremento do trabalho em tempo parcial ou temporário, pela subcontratação e por outras engenhosidades que buscam retirar direitos e conquistas de trabalhadores, sob a alegação de o setor produtivo se tornar mais competitivo.

Na opinião de Harvey (1992: 144),

[...] esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo.

A transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível implicou sensíveis transformações no mercado de trabalho, como a subcontratação organizada e o surgimento de pequenos negócios. Isto acarretou a volta de antigos sistemas de trabalho artesanal, doméstico e familiar, agora como “peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo”. Tal realidade é facilmente percebida na década de 1980 através das economias “subterrâneas”, “negras” ou, simplesmente “informais”, que, no entender de Harvey (1992: 145),

[...] às vezes, indicam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas (como os haitianos em Miami ou Nova Iorque), enquanto em outros casos existem apenas grupos imigrantes tentando entrar num sistema capitalista, formas organizadas de sonegação de impostos ou o atrativo de altos lucros no comércio ilegal em sua base. Em todos esses casos, o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e do emprego.

A esse respeito, há outro aspecto – a proliferação dessas novas formas de trabalho - que debilitou por demais a organização da classe trabalhadora porque

[...] a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando para um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas. A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende as encomendas do capital multinacional (HARVEY, 1992:146).

Os sistemas de produção flexível viabilizaram a permanente inovação produtiva e a ocupação de mercados especializados e de pequena escala. Este fato está diretamente relacionado ao “tempo de giro” das empresas, bastante reduzido em face do uso de tecnologias produtivas (estoques “just-in-time”), responsáveis, também, pela racionalização de materiais empregados na produção. Nesta linha de raciocínio, Pastore (1998: 39) alerta para o fato de que estudos recentes demonstram que a flexibilidade do marco institucional trabalhista é fator compensatório do desemprego causado pelas novas tecnologias. Citando pesquisas realizadas no Japão, Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra, assinala que, quando se põem em prática modalidades de trabalho flexível (tempo parcial, terceirização, subcontratação, trabalho em casa, trabalho por projeto etc.), a absorção de novas tecnologias é mais fácil. Apesar destas afirmações, Pastore alerta para o hiato temporal entre a destruição e a criação de postos de trabalho, o que torna a modernização tecnológica conflitiva em termos sociais.

O conjunto das transformações capitalistas e dos conseqüentes ajustes nos mercados de trabalho que se instaurou na América do Norte e na Europa Ocidental, de corte neoliberal e neoconservador, sempre é visto como uma ruptura da política praticada no período pós-guerra.

Na visão de Harvey (1992: 157), entretanto, tal política, materializada nos governos de Thatcher (1979) e Reagan (1980), é entendida “como uma consolidação do que já vinha acontecendo em boa parte dos anos 1970. A crise de 1973 – 1975 derivou em parte de um confronto com a rigidez acumulada de práticas e políticas de governo implantadas no período fordista-keynesiano”. Os resultados práticos das políticas keynesianas revelaram-se bastante inflacionários, por conta do crescimento das despesas públicas e da estagnação fiscal.

É a partir dessa época que se iniciam o enfraquecimento do Estado do Bem-Estar Social, o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, entendidos como “virtude governamental” necessária para recuperação das economias nacionais. Vale aqui registrar a idéia de que o acirramento da competição internacional “forçou todos os Estados a se tornarem mais empreendedores e preocupados em manter um clima favorável aos negócios”. Assim, “a força de trabalho organizada e de outros movimentos sociais tinham de ser contidas” (HARVEY, 1992:158).

A atitude de “ser empreendedor” não se restringe apenas ao Estado. Como bem salienta Harvey, os valores coletivos da sociedade dos anos 1950/60 convertem-se em individualismo competitivo lastreado numa “cultura empreendedimentista” que atingiu outras dimensões da vida. O arranjo “empreenditismo” (ou empreendedorismo) e competição, tanto no mercado de trabalho como nas empresas, foi “destrutivo e ruinoso para alguns, mas sem dúvidas gerou novas perspectivas em muitos, quando comparado a padrões rígidos do poder estatal monopolista.” (HARVEY, 1992:161).

Ainda de acordo com o autor em análise o “empreendimentismo” abrange não apenas o atrativo campo dos negócios, mas também a organização do mercado de trabalho, a produção do setor informal, as áreas de pesquisa e desenvolvimento, da gestão municipal e até nichos da vida acadêmica, literária e artística.

Observou-se que há uma tendência em reduzir empregos centrais (estáveis) e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins, situação comprovada pelos “enxugamentos” nas empresas privadas e pelos “planos de demissão voluntária”, marcadamente nas empresas estatais brasileiras...

Em discussões recentes realizadas no escritório brasileiro da OIT, Sachs (2004:4), referindo-se a um estudo realizado pelo Instituto de Economia da UFRJ, a pedido da CEPAL, destaca que, “a modernização tecnológica do país fechou 8,98 milhões de postos de trabalho no setor agropecuário, 3,63 milhões na indústria manufatureira, 902 mil na administração pública e 757 mil na construção civil”.

A par destas cifras indicadas, podemos justificá-las, recorrendo ao pensamento de Mattoso (1995: 142), ao propugnar que a crise brasileira do final da década de 1980 decorreu do esgotamento do padrão de desenvolvimento excludente, aliada ao advento da Terceira Revolução Industrial. Isso significou mudanças intensas no capitalismo mundial, como a redefinição dos sistemas produtivos, tecnológicos, de concentração de capitais, da globalização e da instabilidade financeira.

Assim, nos primeiros anos da década de 1990, no governo Collor, foram adotadas políticas radicais, objetivando a inserção brasileira no Primeiro Mundo, ou na Terceira Revolução Industrial. Para que isto acontecesse, era fundamental que o Brasil se ajustasse de forma subordinada aos novos requisitos da economia internacional. Descortinou-se, pois, todo um período marcado por políticas favoráveis à reestruturação produtiva, consubstanciada por uma confusa reforma administrativa que debilitou a capacidade de intervenção estratégica do Estado.

No Brasil, em meados dos anos 1990, o apelo cultural do empreendedorismo e o seu viés compulsório nas políticas de geração de emprego e renda são visualizados, inclusive, em

documentos divulgados pelo Governo. Um destes documentos¹ apresenta um diagnóstico calcado em asserções do tipo: “o emprego se desloca do setor secundário para o setor terciário, principalmente comércio e serviços”; “muda também a forma de inserção no mercado de trabalho, onde as categorias dos empregadores e empregados cedem lugar aos trabalhadores por conta própria”; “o maior número de trabalhadores autônomos ou por conta própria compensa, em parte, a redução do emprego no setor industrial, contribuindo para manter a taxa de desemprego relativamente baixa em comparação com outros países”. (p.1 a 3).

A partir do contexto delineado no documento em foco, outro manual² descreve o Programa Brasil Empreendedor como “um Programa do Governo Federal, voltado para o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e empreendedores, do setor formal e informal, por meio da capacitação gerencial e tecnológica, concessão de crédito e assessoria técnica, contribuindo para a geração de renda e a manutenção e criação de postos de trabalho.”

Os aludidos programas, em termos de resultados esperados, compreendem largo espectro, desde a miragem de transformar pobres analfabetos em cidadãos produtivos de sucesso e até exímios artistas, em geral, em “empreendedores bem-sucedidos”. Ora, sabe-se que Schumpeter contribuiu para o entendimento do capitalismo contemporâneo, pelo fato de valorizar, sobremaneira, o papel das inovações tecnológicas e dos empresários empreendedores. O atributo do empresário empreendedor seria, portanto, pôr em prática as inovações tecnológicas, entendidas como: fabricação de novos produtos; a introdução de novos métodos de produção; a abertura de novos mercados; a conquista de novas fontes de matérias-primas e a realização de uma nova organização econômica (SANDRONI, 1985:393).

Em suma, no entendimento de Harvey, todas as mudanças aqui descritas, oriundas do modelo atual de acumulação de capital, acentuam o novo, o fugidio, o efêmero, e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Não estamos querendo expressar o fato de que a etapa fordista do capitalismo é o melhor dos mundos. Afinal, o capitalismo sempre foi o capitalismo, tendo por função extrair mais-valia do trabalhador e ampliar os seus lucros.

Quando Harvey se refere aos “valores mais sólidos do fordismo”, não significa dizer que o capitalismo tenha resolvido as questões da estabilidade no emprego, de melhores níveis de remuneração, de eliminação da rotatividade e de outras mazelas sociais. Havia, entretanto, a possibilidade de o trabalhador planejar carreiras, projetar o seu futuro profissional no médio e longo prazos, e, de certa forma, ter uma vida mais acomodada, menos frenética.

¹ *Política Pública de Emprego e Renda: Ações do Governo*. Ministério do Trabalho/Assessoria de Comunicação Social. Brasília – DF. Abril de 1997.

² *Programa Brasil Empreendedor*. Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério do Trabalho e Emprego e outras instituições. Brasília, outubro de 1999

Hoje, no entender de Sennett (2005: 9), a “fase flexível” do capitalismo interrompeu carreiras, desviando rapidamente os empregados de um tipo de trabalho para outro. Questionando o fato de a flexibilidade proporcionar mais liberdade para as pessoas moldarem as suas vidas, mediante a abolição da burocracia, a capacidade de correrem mais riscos, o autor em destaque assevera que “na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível”. (SENNETT, 2005:10).

O sistema capitalista contemporâneo, ao adotar práticas de produção, comercialização e relações trabalhistas flexíveis, tem uma capacidade enorme de se adaptar para manter ou ampliar o seu nível de acumulação. Parece-nos que é este o ponto fundamental do “modo se ser flexível” na atual conjuntura de acumulação capitalista: precarizar as condições socioeconômicas das relações sociais de produção e do trabalho como estratégia de ampliação da acumulação do capital.

2- O empreendedorismo schumpeteriano no sistema de relações sociais de trabalho flexível

É bastante diversificado o conjunto de definições sobre o termo empreendedorismo. *Grosso modo*, é a capacidade de alguém que toma iniciativa, busca soluções inovadoras e age no sentido de resolver problemas econômicos ou sociais, pessoais ou dos outros, mediante a constituição de empreendimentos econômicos e sociais. Pode ser também, a capacidade de as pessoas realizarem um empreendimento e organizarem a produção de bens e serviços mediante a formação de uma empresa, principalmente ajuntando novas tecnologias, ou ainda, o empreendedorismo é o processo de criar algo com valor, dedicando o tempo e os estudos necessários, arcando com os custos financeiros, desgastes psíquicos e sociais e recebendo, eventualmente, as recompensas da satisfação e independência econômica das pessoas (SANDRONI, 2005; HIRICH e PETERS, 2004).

A bibliografia que versa sobre o tema empreendedorismo indica um conjunto de atributos pessoais e psicológicos do ser empreendedor. Neles incluem-se a iniciativa, a autoconfiança, a aceitação do risco, o não-temor perante o fracasso, a capacidade de decisão e de assumir responsabilidades, a energia, a automotivação e entusiasmo, o otimismo e a persistência

No início do século XX, depois de o economista Joseph Schumpeter haver definido o empresário empreendedor como agente central no processo de mudanças socioeconômicas, é que os estudiosos se deram conta da importância desse elemento transformador, pelo fato de ser a inovação a função mais importante do empresário empreendedor, personagem que toma a iniciativa de mudar os modelos tecnológicos básicos e de demanda da economia para um ciclo de “destruição criativa”.

O tema do empreendedorismo foi revalorizado nos anos 1980. Uma conjunção de fatores, com destaque para a automação e a aplicação intensiva dos avanços no campo da sociedade do conhecimento e nas formas de produção, favorece o aumento da produção, instalando-se, com efeito, um novo paradigma técnico-econômico que delineia um novo modelo de produção baseado no empreendedorismo. É, portanto, no final do século XX que começa a ganhar força o conceito de economia empreendedora, que, associado às demais determinações da Era do Conhecimento, criou uma valorização do profissional criativo, inovador e capaz de trabalhar para si mesmo, em pequenas unidades produtivas.

A concepção de Schumpeter acerca do empreendedor diz respeito àquele que combina capital e trabalho como fatores de produção articulados; prevê a permanente criação de produtos e serviços; descobre fontes de matérias-primas e estabelece formas de organização.

O espírito empreendedor não é somente a coragem ou disposição para implantar um negócio. Está, sim, intimamente ligado à inovação a serviço do crescimento, à exploração de um nicho de mercado imperceptível para muitos. É esse ciclo renovável que alimenta as possibilidades de expansão da economia. Esse conjunto é que motiva o empresário empreendedor para a plena liberdade de ação culminando, frequentemente, com a “destruição criativa”. Para melhor compreensão, eis a concepção schumpeteriana a respeito do desenvolvimento.

Entendemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. [...] O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. (SCHUMPETER, 1982: 47).

Alguns elementos da elaboração teórica acerca do efetivo desenvolvimento schumpeteriano merecem reflexão. Na compreensão de Schumpeter, toda a constituição do desenvolvimento (mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular, perturbações do centro de equilíbrio) aparece na esfera da vida industrial e comercial, e não na contextura das necessidades dos consumidores de produtos finais.

Isto quer dizer que, “é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas

novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daqueles que tinham o hábito de usar”. (SCHUMPETER, 1982: 48). O desenvolvimento, para Schumpeter é, sobretudo, a realização de novas combinações produtivas descontínuas. É o próprio economista em foco quem enumera e qualifica as novas combinações produtivas, quais sejam:

1. a introdução de um novo produto ou melhoria da qualidade de um existente;
2. a introdução de novos métodos de produção (um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria);
3. a abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não;
4. a conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada; e
5. o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1982: 48).

Entendemos que, quando um empresário empreendedor põe em prática, num determinado ciclo produtivo, uma ou várias das inovações há pouco descritas está dando à sociedade uma “resposta criadora”. Tal situação opõe-se à “resposta adaptativa”, aqui entendida como fase de pouco dinamismo do sistema produtivo, vale dizer, “quando uma economia reage a um aumento de população, simplesmente adicionando nos empregos já existentes novos braços à força de trabalho, ou uma indústria reage a uma medida protecionista” (SCHUMPETER, 1976:31). Para esse autor, a “resposta criadora” transforma situações econômicas definitivamente, ou, noutro modo de entender, as situações que cria não se ligam àquelas que deveriam existir na sua ausência.

Assim, para Schumpeter, “essa é a razão pela qual a resposta criadora é um elemento essencial no processo histórico”. Outro aspecto essencial relacionado à inovação, no entendimento de Schumpeter, é que

[...] produzir novas coisas não é apenas um processo distinto, mas é um processo que produz conseqüências, as quais formam uma parte essencial da realidade capitalista. A completa história econômica do capitalismo seria diferente do que é se novas idéias tivessem sido regular e correntemente adotadas, naturalmente por todas as firmas para cujos negócios elas fossem relevantes. Mas isso não aconteceu. Na maioria dos casos, apenas um homem ou alguns deles vêem as novas possibilidades e estão aptos a lutar contra as resistências e dificuldades com

que a ação sempre se encontra, fora dos caminhos normais da prática. (SCHUMPETER, 1976: 36).

A grande reputação de Schumpeter repousa na expressão de sua autoria denominada “destruição criativa”. Ora, as tecnologias inovadoras destroem produtos, e, ao mesmo tempo, criam outros. O novo produto ocupa o espaço do velho produto e novas estruturas de produção destroem antigas. Na concepção schumpeteriana, é perceptível a idéia de que o progresso decorre deste ato destruidor/criativo. Os empresários empreendedores são responsáveis pelo rompimento do fluxo circular da economia para uma economia dinâmica, competitiva e geradora de oportunidades.

Esta dinâmica promove permanente estado de inovação, mudança, substituição de produtos e criação de hábitos de consumo. A destruição criativa, traduzida pelo próprio Schumpeter (1982: 64), significa também uma dinâmica calcada na ação empresarial cuja “tarefa característica – teórica e historicamente – consiste precisamente em demolir a velha tradição e criar uma nova”.

Em suma, é o próprio Schumpeter que acentua ser o funcionamento do sistema econômico um “fluxo circulatório”, aqui entendido como um quadro regular de combinações de fatores de produção dentro de “possibilidades naturais”. A alteração deste quadro regular, mediante a introdução de novas combinações, “é uma função especial e constitui privilégio de um tipo de pessoas muito menos numerosas que todos aqueles que têm a possibilidade objetiva de desempenhá-la”. Assim, Schumpeter assevera que “os empreendedores constituem um tipo especial e o seu comportamento um problema específico, a força motriz de um grande número de fenômenos importantes”. (SCHUMPETER, 1982:58-59).

Acreditamos que o perfil do empreendedor schumpeteriano está mais ou menos delineado. É o indivíduo que quebra a cadência da normalidade produtiva, introduzindo novos paradigmas (resposta criadora, destruição criativa, inovações radicais etc.) aos sistemas produtivos.

Em estudo recente, a Organização das Nações Unidas – ONU (2004: 7-15) conclama os países emergentes a desenvolver programas e políticas de apoio aos empreendedores. Adverte para a realidade dos pequenos negócios como estratégia de combate à pobreza. Alerta, ainda, para a noção de que

[...] as ações do empresariado abrangem as diretivas de gestores multinacionais e de grandes empresas nacionais, mas, também as de indivíduos que operam informalmente em pequenas comunidades [...] O pequeno empreendedor é um elemento tão importante do setor privado quanto uma corporação multinacional, fazendo-nos reconhecer que o setor privado já ocupa uma posição central na rotina das pessoas pobres, e que detém o poder de melhorar suas vidas. Orienta-nos a fazer uso das inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais do setor privado, para melhorar as condições de vida dos pobres [...] As grandes empresas constituem uma parte indispensável da economia privada, mas os próprios pobres são igualmente importantes. Muitas vezes, eles mesmos são os empreendedores,

frequentemente por necessidade, exercendo uma atividade informal e amarrados a negócios precários. Nós compartilhamos a visão de que ambientes empresariais orientados para o mercado abrangem diversas formas de empresas, que coexistem em relações simbióticas [...] O microempreendedorismo é uma forma comum de emprego em muitos países em desenvolvimento. Quase todas as microempresas trabalham fora do sistema legal, contribuindo para difundir a informalidade [...] Em muitos países em desenvolvimento, as mulheres constituem a maioria dos microempreendedores da economia informal, e um percentual significativo do setor formal. Muitas delas são analfabetas. Construir suas próprias empresas – geralmente microempresas – é a única possibilidade de obterem trabalho e auferirem renda.

O que chama a atenção do relatório da ONU é o determinismo neoliberal eivado de soluções transplantadas de dinâmicas empresariais efetivadas noutras bases para corrigir uma situação socioeconômica dos países subdesenvolvidos. O que se observa nas políticas direcionadas para o segmento dos “empreendedores pobres” é que elas portam pacotes e conteúdos repletos de categorias simbólicas da atual acumulação capitalista flexível, tais como: empreendedorismo, empregabilidade, competitividade, competência, apologia ao mercado e ao setor privado etc.

E o que é mais interessante é a aplicação desses treinamentos de iniciativa empresarial em realidades socioeconômicas distintas dos países de onde provêm, geralmente materializadas por manuais de emancipação social fundados no livre empreendedorismo do setor privado, como a própria ONU reconhece ser a única saída. Esse discurso institucional não é apenas da ONU. Mais ou menos na mesma linha de pensamento, estudo recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID³, realizado no leste asiático e na América Latina, assegura que as motivações pessoais mais importantes para a criação de pequenos empreendimentos econômicos são “a auto-realização”, “o desafio de enfrentar mudanças contínuas” e o de “contribuir para a sociedade”.

A análise do documento ora referido deixa claro que o BID estabelece forte relação entre empreendedorismo e desenvolvimento, ao propugnar a noção de que “novas empresas contribuem de forma significativa para o desenvolvimento econômico, mormente nos países em desenvolvimento”. E mais, continua a argumentação desta agência de desenvolvimento: “Ao ter sucesso, os novos empresários criam empregos, expandem segmentos de mercado, aumentam a produção de bens e serviços e dinamizam a economia das comunidades onde operam” (BID, 2002:6-11).

Observadas todas as relações e interações teóricas neste artigo, suspeitamos que há um escopo estruturante de toda a mudança do fordismo para o regime de acumulação capitalista flexível,

³ *Empreendedorismo em Economias Emergentes: Criação e Desenvolvimento de Novas Empresas na América Latina e no Leste Asiático*. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Março de 2002.

traduzido por conceitos como “destruição criadora”, “quebra de paradigma”, “inovações tecnológicas”, “tempo de giro do capital”, “auto-emprego”, “reengenharia”, “competência e competitividade” e demais atributos que dão consistência ao sistema econômico da modernização flexível, vale dizer, “o fim do capitalismo organizado”⁴.

A esta situação de mudanças permanentes e de incerteza, Harvey (2002: 161) expressa o vaticínio segundo o qual

[...] o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados no fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso de incremento do controle do trabalho –, o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível.

Estas observações me estimularam a aprofundar o tema da “flexibilidade”, à luz do entendimento de Sennett (2005). Para esse autor, o sentido metafísico desta palavra alude à capacidade de os galhos de uma árvore dobrarem-se pela força dos ventos, mas sempre voltando à posição normal. A partir desta analogia, o autor assinala que

[...] o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas. (SENNETT, 2005:53).

Na visão de Sennett, a nova Economia Política trai o desejo pessoal daqueles que, porventura, buscam aderir ao comportamento flexível como perspectiva de liberdade, porque a sua busca, fundamentada na repulsa à rotina burocrática, produziu novas estruturas de poder e controle, em vez de criar as condições que libertam o ser humano. Os sistemas de poder nas modernas formas de flexibilidade baseiam-se, portanto, na reinvenção descontínua de instituições, na especialização flexível de produção e na concentração de poder sem centralização.

No que diz respeito ao aspecto da reinvenção descontínua de instituições (SENNETT, 2005), é importante entender que a mudança flexível busca reinventar decisiva e substancialmente as instituições, objetivando que o presente se torne descontínuo em relação ao passado. A prática administrativa flexível repousa na crença de que as redes elásticas são mais propensas à reinvenção decisiva do que as hierarquias verticais (piramidais) que prevaleciam na era fordista. Nas estruturas horizontais, ou redes elásticas, “a junção entre os nódulos da rede é mais frouxa; pode-se tirar uma

⁴ Esta expressão é citada e explicada pelos sociólogos Scott Lash e John Urry (*apud* Sennett, 2005: 57). Em suma, diz respeito aos questionáveis efeitos da reengenharia e da ideologia administrativa, que apresentam a pressão por mudança institucional mais como uma questão de ganhar maior eficiência do que realizar uma experiência de resultado incerto.

parte, pelo menos na teoria, sem destruir outras. O sistema é fragmentado; aí está a oportunidade de intervir”. (SENNETT, 2005:55).

É neste contexto que se estabelece o campo ideal para operar as famosas “reengenharias”, aqui entendidas como “práticas específicas de oferecer a um menor número de administradores controle sobre um maior número de subordinados”. Na compreensão de Sennett (2005: 56), tal situação produz uma desagregação vertical e possibilita aos operadores da reengenharia múltiplas intervenções. O autor em foco adverte para o fato de que reengenharia é sinônimo de redução de emprego.

Segundo estimativas apontadas por ele, de 1980 a 1995, 39 milhões de trabalhadores foram “reduzidos”. Ainda segundo esse autor, “reengenharia significa fazer mais com menos”. Assim, questiona a sugestão de eficiência dos processos de reengenharia. Qualifica-a como enganadora e fundamenta a sua opinião alegando que a maioria das tentativas de reengenharia fracassou. Isto porque as instituições se tornam disfuncionais durante a contração de pessoal.

Em suma, a reinvenção das instituições atribui “poderes do caos” aos processos de reengenharia. É como se tais processos se justificassem por si mesmos, ainda que destruindo e abandonando empresas plenamente viáveis e competitivas, deixando empregados eficientes à deriva, “simplesmente porque a organização deve provar ao mercado que pode mudar”. (SENNETT, 2005:59).

Outro aspecto interessante das modernas formas de flexibilidade diz respeito à expressão “especialização flexível”. No entendimento do autor em evidência, esta prática do moderno capitalismo decorre da ansiedade e da avidez por mudanças decisivas, irreversíveis, por mais desorganizadas que pareçam, no sentido de atenderem à volatilidade da demanda do consumidor. Isto significa, objetivamente, colocar, cada vez mais rápido, produtos mais variados no mercado. Assim, a especialização flexível

[...] é a antítese do sistema de produção incorporado no fordismo. E de uma forma muito específica; na fabricação de carros e caminhões hoje, a velha linha de montagem quilométrica observada por Daniel Bell foi substituída por ilhas de produção especializada. Deborah Morales, que estudou várias dessas fábricas flexíveis na auto-indústria, enfatiza como é importante a inovação em resposta à demanda do mercado, mudando-se as tarefas semanais, e às vezes até diárias, que os empregados têm de cumprir. (SENNETT, 2005:59).

Por fim, outra variação das modernas formas de flexibilidade, anunciadas por Sennett (2005: 63), alude à “concentração sem centralização”. Tais expressões parecem jogo de palavras. Na verdade, significam a concentração de poder sem centralização de poder. Isto, teoricamente, pode ser traduzido como novas formas de organização do trabalho nas quais as pessoas das categorias inferiores das organizações teriam mais controle sobre suas atividades.

Para o autor, tudo isso é rigorosamente falso e foi utilizado para ajudar a desmontar os velhos “colossos burocráticos”. Assim, sistemas de desburocratização, desagregação vertical e “eliminação de camadas”, praticados nas organizações, são tudo, menos processos descentralizantes. Na prática, sistemas de informações que retratam um quadro abrangente de empresas e instituições, disponibilizados para os altos escalões de administradores, viabilizam acurados métodos de monitoramento dos indivíduos das organizações, impossibilitando-os de se esconderem em qualquer espaço da rede.

Tais sistemas eliminam todas as possibilidades de negociação e mediações entre trabalhadores e superiores intermediários que, antes, os protegiam. E isto, portanto, não tem nada de descentralizante. Estes argumentos, ampliados para uma escala de divisão internacional de trabalho no mundo globalizado, é visto com maior nitidez. Sennett (2005:64) é extremamente preciso, ao exemplificar que “há um continente de poder no arquipélago de poder flexível; alguém no continente decide que ‘Barbados’ pode fazer o trabalho antes feito por ‘Trinidad’ e ‘Guadalupe’; Barbados raramente prefere aumentar seus próprios fardos”.

Reinvenção descontínua de instituições, especialização flexível e concentração sem centralização compõem as forças que dobram as pessoas à mudança. Esta tríade de características do capitalismo flexível, muito mais funcional à potencialização da acumulação do que a qualquer mudança emancipatória das relações trabalhistas, é enganadora, porquanto projeta falsa idéia de liberdade.

Outra vez, Sennett, referindo-se aos três aspectos básicos do capitalismo flexível, bastante relacionados com os fatores tempo e flexibilidade,⁵ conclui que

[...] o tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações. A versão iluminista da flexibilidade de Smith imaginava que ela enriqueceria tanto ética quanto materialmente as pessoas; seu indivíduo flexível é capaz de súbitas explosões de simpatia pelos outros. Uma estrutura de caráter bastante diferente surge entre os que exercem o poder dentro desse complicado regime moderno. Eles são livres, mas é uma liberdade amoral. (SENNETT, 2005:69).

Ao se observar os principais elementos constitutivos do pensamento schumpeteriano acerca do empreendedorismo, delineados ao longo deste capítulo, não será difícil estabelecer correspondências com os fundamentos do capitalismo flexível descrito por Sennett, vale dizer: reinvenção descontínua das instituições, especialização flexível e concentração sem centralização.

⁵ Segundo Sennett, tempo e flexibilidade são atributos das novas formas de realização do trabalho. Para ele, as empresas que adotam princípios da flexibilidade estão fazendo experiências com vários horários de trabalho, em vez de turnos fixos. Isto é denominado de “flexitempo”. Na verdade, parece uma liberação de tempo de trabalho, “um verdadeiro benefício do ataque da organização moderna à rotina padronizada”.

Isto tem relação estreita com destruição criadora, inovações tecnológicas permanentes, novos hábitos de consumo, novas formas de organização da produção e novas maneiras da gestão. O grande apelo de hoje é o ser empreendedor no capitalismo flexível. É flutuar na vida à deriva. De certa forma, os nossos antepassados sempre viveram alguns contextos históricos marcados pela incerteza, como guerras, pestes, fome, descontroles econômicos e outros infortúnios temporários. O inusitado, o novo, segundo Sennett (2005: 33) é que

[...] o singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o Homem Comum ideal. Talvez a corrosão de caracteres seja consequência inevitável. ‘Não há mais longo prazo’ desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento.

Conclusão

A nossa intenção neste artigo foi estabelecer um diálogo teórico entre Harvey, Schumpeter e Sennett na perspectiva de elucidar a dinâmica do capitalismo contemporâneo onde o desemprego e as novas determinações do mundo do trabalho têm incidido fortemente na vida das pessoas. O quadro descortinado no início deste trabalho pela OIT denotou as crescentes tensões entre o capitalismo contemporâneo em crise e as relações sociais de trabalho.

Ao que tudo indica, a “crise do capital” que eclodiu mundialmente em 2008 parece ter suas origens remotas na derrocada do fordismo e na prevalência do modelo de acumulação flexível de capital, postos em prática nas últimas duas décadas do século XX e na primeira do século XXI. A análise deste cenário vislumbra uma era de incertezas e prenuncia uma constante quebra de paradigmas em todos os quadrantes da vida. Isto tem muito a ver com a “destruição criadora”, com as inovações tecnológicas permanentes, com as novas formas de gestão e com os novos hábitos de consumo diversificado, desenfreado e excludente, enquanto atributos schumpeterianos.

Há indícios de uma sociedade fria e calculista que não se incomoda com os sobrantes do capital, que se “naturalizou” com o infortúnio coletivo daqueles que não se inseriram no mercado de trabalho competitivo. Segundo Sennett (2005: 69-73), a sociedade fria e calculista traduz-se e habita o Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. Para ele,

[...] Davos dedica-se ao aquecimento econômico global, o centro de conferências cheio de ex-comunistas louvando as virtudes do livre comércio e do consumo conspícuo. A *lingua franca* é o inglês, assinalando o papel dominante dos Estados Unidos no novo capitalismo, e a maioria das pessoas o fala extremamente bem. O Fórum Econômico Mundial funciona mais como uma corte que como uma conferência. Seus monarcas são chefes de grandes bancos ou empresas internacionais, bons ouvintes.

Sennett (2005:71) informa que Davos é o *locus* onde se defende as grandes mudanças da nossa era: novas tecnologias, ataques às práticas burocráticas rígidas e a mundialização das economias. “É um reino de conquistadores, e devem muitas de suas conquistas à prática da flexibilidade”. Por fim, o autor em foco elege Bill Gates como a encarnação do “homem de Davos”. Refere-se ao presidente da Microsoft Corporation como alguém que denota a falta de apego em longo prazo em relação ao trabalho fixo ou permanente.

Gates desdenha daquele que “fica paralisado num determinado emprego” “e não toma posição numa rede de possibilidades”. A sua disposição de ser flexível e de dobrar-se é constatada pelo fato de ele sempre estar pronto para destruir o que fez, frente às demandas do momento imediato. Nada é mais esclarecedor para traduzir o significado do Fórum de Davos do que a precisa descrição de Sennett (2005:73)

[...] Capacidade de desprender-se do próprio passado, confiança para aceitar a fragmentação: estes são dois traços de caráter que aparecem em Davos entre pessoas realmente à vontade no novo capitalismo. São traços que encorajam a espontaneidade, mas ali na montanha essa espontaneidade é, na melhor das hipóteses, neutra. Esses mesmos traços de caráter que geram a espontaneidade se tornam mais autodestrutivos para os que trabalham mais embaixo do regime flexível. Os elementos do sistema de poder flexível corroem o caráter de empregados mais comuns que tentam jogar segundo as mesmas regras.

A despeito de tudo isso, os Fóruns Sociais Mundiais, paralelos aos conclaves dos magos do novo capitalismo têm esboçado uma forte reação cidadã. Davos, Seattle, Nova York, Gênova, Porto Alegre, Venezuela, Belém, Índia e Dakar, estão se tornando movimentos sociais planetários que bradam a utopia de que “Uma nova economia é possível”. Outros movimentos sociais expressivos estão alertas e protestando contra o capital financeiro globalizado, como os Indignados da Espanha, a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* e o Movimento dos estudantes no Chile. Só assim será possível reverter o movimento tênsl dos humanos submetidos à flexibilidade e à crise do capital.

Referências

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Empreendedorismo em economias emergentes:** criação e desenvolvimento de novas empresas na América Latina e no Leste Asiático. Washington, DC, 2002.

BRASIL. **Política pública de emprego e renda: ações do governo.** Presidência da República. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. **Programa Brasil Empreendedor.** Presidência da República. Brasília, DF, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HIRICH, R. D.; PETERS, M.P. **Empreendedorismo**. São Paulo: Bookman, 2004.

MATTOSO, J.E. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1996.

OIT. **Uma recaída en el empleo?** Revista Trabajo, n. 73, Diciembre 2011. Ginebra.

____. **Tendencias mundiales**. Revista Trabajo, n. 74, Mayo 2012. Ginebra.

ONU. **Desencadeando o empreendedorismo**: relatório para o Secretariado Geral das Nações Unidas. New York, 2004.

PASTORE, J. **O desemprego tem cura?**. São Paulo: Makron Books, 1998

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: oportunidades, obstáculos, políticas públicas: texto para discussão preparado para o Escritório no Brasil da OIT. [S.l.:s.n], 2004. Mimeografado.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTIAGO, E.G. **Empreender para sobreviver**: ação econômica dos empreendedores de pequeno Porte. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SCHUMPETER, J.A. A Resposta criadora na história Econômica. In: LUCAS (Org.). **Economia e ciências sociais**. Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1976.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005